

SILVIA FEDERICI

Silvia Federici (Itália/EUA) é escritora, ativista feminista, pesquisadora e professora emérita da Hofstra University em Nova Iorque. Ela vem da tradição marxista de autonomia feminista radical. Publicou, entre outros livros, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo, e acumulação primitiva* (2004), e *A revolução no Ponto Zero: trabalho doméstico, reprodução, e luta feminista* (2012).

Qual a principal diferença entre as noções de esfera pública e dos comuns? E como os comuns organizaram historicamente o uso da terra?

Silvia Federici: A esfera pública ainda é controlada pelo Estado. Conseguir ocupar, usar o "espaço público", é uma luta contínua, especialmente intensa hoje, porque o espaço público está cada vez mais privatizado, mais dedicado a empreendimentos comerciais, e submetido a condições restritas de acesso. Não existe um modelo único de uso comunitário da terra – rastrear todas as formas distintas de uso comunitário seria uma tarefa difícil, impossível no espaço limitado de que disponho.

Na Europa pré-capitalista, quando os comuns eram dados pelos senhores feudais à aldeia, as pessoas organizavam coletivamente, em assembleias camponesas, o que plantar, quando colher. A assembleia ainda é o local de decisão nos regimes comunitários da América Latina, os quais continuam a basear-se no trabalho comunitário, atribuído aos membros da comunidade pela assembleia. O elemento comum é que a terra não pode ser vendida.

Ainda hoje, em muitas aldeias e cidades italianas você pode ver os tanques de pedra em que as mulheres costumavam lavar roupa. A *piazza* (praça) onipresente é também um produto arquitetônico do comunitarismo medieval. A *piazza* na Itália e em outras cidades e aldeias europeias era o mercado, e também o centro da comunidade, o local onde notícias e opiniões eram produzidas e circuladas.

Quais são os aspectos de reciprocidade entre corpo, espaço, e os comuns dentro de comunidades de resistência?

Silvia Federici: Como dizem as mulheres na América do Sul, meu corpo é meu território, querendo dizer que existe uma continuidade em muitos níveis entre nosso corpo e a terra, as águas, as florestas. Aquilo que colocamos na terra afeta o corpo e vice-versa; a defesa do corpo é o primeiro passo para a defesa da terra. Só coletivamente podemos cuidar de nossos corpos e de nossas vidas, do mesmo modo como a defesa da terra é uma luta coletiva. A terra, como escreveu Marx nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, é nosso corpo inorgânico, não podemos viver separados dela. Como nos disse Vandana Shiva, surgiu na década de 1970 na Índia um movimento, o Movimento Chipko, formado por mulheres que colocam o corpo na linha de frente, literalmente abraçando as árvores para defendê-las dos madeireiros. Em anos mais recentes, no sul da França, mulheres e homens enterraram-se a fim de deter as máquinas ou foram morar em árvores destinadas ao corte, quando um louco projeto especulativo levou ao desmatamento de uma das mais antigas florestas da Europa, a floresta de Sivens, nos arredores de Toulouse. E formas similares de “defesa por meio do corpo” foram organizadas em outras *zones à défendre* [zonas a defender] (ZAD) na França.

Como as mulheres são afetadas pela privatização dos comuns no contexto do capitalismo global?

Silvia Federici: A privatização dos comuns afeta a vida das mulheres acima de tudo, porque, como já observou Vandana Shiva em *Staying Alive [Permanecer viva]*, as mulheres, ainda hoje, dependem mais do que os homens dos comuns da natureza, pois sua relação com rendas monetárias é mais precária. Além disso, uma vez privatizada, a terra é comercializada, e, na maior parte dos casos, destruída pela prospecção de petróleo, pela mineração, e por outros megaprojetos. Nesse caso, também, são as mulheres que mais sofrem com essa destruição, pois são elas as responsáveis pela reprodução de suas famílias, e é um pesadelo quando a terra é contaminada, quando a água fica cheia de produtos químicos, e é mais provável que a comida que colocamos na mesa, em vez de nutrir-nos, ameace nossa saúde. É por isso que hoje as mulheres são as protagonistas da luta contra o extrativismo. A luta contra a privatização é o começo do processo, mas as mulheres em comunidades comunitárias também lutam contra as relações patriarcais que, com frequência, excluem-nas do processo decisório e da participação na assembleia onde as decisões são tomadas coletivamente.

De que maneira você acha que os espaços público e privado se

relacionam com a história de caças às bruxas na sociedade? Como a arquitetura ainda perpetua espaços de exclusão?

Silvia Federici: A dominância masculina e as relações patriarcais são também expressadas por uma organização masculina do espaço e do tempo. Toda mulher cresceu (ao menos na minha geração) sabendo que, à noite, você não pode sair, porque pode ser estuprada, atacada pelos homens, e, mesmo de dia, nas ruas, nos ônibus, você pode ser submetida a todo tipo de abuso. Porém, há uma continuidade entre a violência e o abuso a que as mulheres estão expostas – embora de maneiras diferentes – no espaço público e a violência a que elas são expostas em casa. O fato de que a dependência das mulheres em relação aos homens foi institucionalizada, isto é, que as mulheres foram institucionalmente destinadas, compelidas pela falta de recursos a ser servas dos homens, significou que, de certa maneira, todos os homens podem discipliná-las – todos os homens têm o direito de ameaçá-las com possíveis abusos, o que é uma forma de disciplina, que deixa você bastante atenta aos lugares e aos momentos em que anda nas ruas, os lugares aonde vai, quer vá sozinha ou em grupo. À noite, as ruas são espaço masculino. Na década de 1970, as mulheres com frequência organizaram marchas para retomar as ruas, para retomar a noite. A arquitetura perpetua a violência contra as mulheres ao construir os espaços de reprodução como espaços isolados, individuais, como casas separadas, como bairros em que não há ninguém na rua à noite porque os lugares de reprodução coletiva estão longe, e o bairro é apenas uma espécie de dormitório.

Qual é o poder da memória coletiva na construção de novos territórios?

Silvia Federici: A memória é extremamente importante. Conhecer a história de um lugar é colocar a nós mesmas e à nossa luta em algo maior do que nós, é recordar a nós mesmas que fazemos parte de uma luta maior de libertação. Ela nos lembra de nossa dívida com aquilo que foi feito por aqueles que vieram antes de nós. Isso cria um laço comum, cria um sujeito coletivo, expressado por exemplo nas canções que os movimentos radicais e populares produziram ao longo do tempo. Lembro, por exemplo, da profunda emoção que eu, como muitos jovens da minha geração no norte da Itália, sentíamos ao ouvir e ao cantar as canções que evocavam a tristeza e a derrota dos soldados italianos durante a Primeira Guerra Mundial, e depois as canções dos anarquistas que exilavam-se da Itália na virada do século, e as “canções de

Giuan", muito especiais para mim, cantadas por Ivan Della Mea, que na década de 1960 evocavam a derrota das esperanças criadas pela luta de libertação guerrilheira e antifascista, e a repressão que veio após o fim da Segunda Guerra Mundial, junto com a colonização da Itália por seus ditos libertadores. A desarticulação das relações sociais e da solidariedade social, o aumento da mobilidade do trabalho, que é ao mesmo tempo produto do desenvolvimento capitalista e resistência a ele, solapam a possibilidade de criar essas memórias coletivas. O neoliberalismo, em particular, com sua constante recriação e realocação de indústrias, com sua individualização do trabalho e das relações sociais, é absolutamente inimigo da formação de um sujeito coletivo e de uma memória coletiva do tipo expressado pelas canções que mencionei.

Quais são as estratégias espaciais de resistência exploradas pelos movimentos radicais de mulheres? Como elas produzem e revolucionam os espaços urbanos e domésticos?

Silvia Federici: Várias vezes as mulheres ocuparam o espaço público, e não apenas temporariamente, para uma manifestação ou para um protesto sentado. Por exemplo, em resposta à "crise da dívida", à queda dos salários, e ao processo de pauperização causado pela globalização, muitas mulheres foram trabalhar nas ruas, vendendo coisas, comida, tecidos, objetos que fizeram, ajudando-se, cuidando dos filhos umas das outras, enfrentando a polícia juntas... Poder estar juntas no espaço público é um poder, que cria novas formas de conhecimento e de cooperação; é por isso que os governos opõem-se tão fortemente a isso, e, nos últimos anos, ao redor do mundo, tentaram recuperar o espaço, afastar as mulheres dizendo que suas atividades não eram higiênicas, que estragavam a estética da cidade. A tentativa é forçar as mulheres a vender em espaços separados, construídos especificamente para esse fim, todos separados entre si por uma parede. Porém, as mulheres resistiram de várias maneiras. Já mencionei as marchas à noite para retomar a noite, para retomar as ruas. Trabalhadores domésticos migrantes também foram às ruas para romper a invisibilidade de sua situação, com performances teatrais de rua. Para mim, o mais interessante são as novas formas de reprodução coletiva criadas pelas mulheres, como o jardim urbano, e a agricultura urbana em geral, ou os *comedores populares* (cozinhas populares, coletivas) que existem em muitas cidades da América Latina.

Também gostaria de lembrar aqui as maneiras que as mulheres, diante de governos violentos e ditatoriais, encontraram para

organizar-se clandestinamente contra eles, também de maneiras inesperadas e insuspeitadas, como no caso das *arpilleras* chilenas, que bordavam cenas da tomada das cidades chilenas pelos militares e depois mandavam o pano bordado para o exterior, falando ao mundo sobre os tanques e as torturas que o governo Pinochet usava para derrotar a resistência das pessoas ao golpe.

Qual o poder de conceptualizar a arquitetura como ato feminista? O que a arquitetura deveria aprender do feminismo para expandir o repertório de seu ativismo e das possibilidades de vida das mulheres?

Silvia Federici: O poder das mulheres na conceitualização de novas formas de arquitetura é que elas têm uma longa experiência de sofrimento e de frustração por causa das condições ruins em que vivem e em que trabalham, em seu papel de reproduutoras de suas famílias, e, no capitalismo, de reproduutoras da força de trabalho. A casa é o local de trabalho das mulheres, sua fábrica. Suas condições – quanto espaço, a facilidade de limpeza, a idade do imóvel etc. – determinam quanto trabalho elas têm de fazer. As mulheres são aquelas que, mais do que qualquer outra pessoa na família, são afetadas pela qualidade e pela organização do espaço doméstico. São elas que fazem a maior parte do trabalho para torná-lo habitável, e, no entanto, são elas também as que dispõem da menor parte desse espaço para si. Se há algum espaço extra na casa, vai para quem "ganha o pão". Ao menos esse é o arranjo tradicional. Mais importante, como elas organizavam a maior parte das atividades necessárias para a reprodução da família, e tinham de prestar atenção às necessidades de todos, elas têm um entendimento melhor do espaço de que precisamos, de como o espaço deveria ser organizado. Os arquitetos agem bem ao ter em mente a reprodução na hora de construir casas e bairros, e podem aprender muito com as maneiras como as mulheres historicamente reimaginaram a casa. Durante as Comunas de Paris, as mulheres criaram as primeiras creches para crianças. Nos mesmos anos, nos EUA, foram criados muitos projetos de casas sem cozinha, com a cozinha sendo reimaginada como espaço coletivo, espaço de socialidade, mais próxima dos comedores populares de hoje em dia.

Entrevista realizada em 19 de outubro de 2018.